



O Campo-Urbano de Leberecht Migge - Propostas de um paisagista alemão no pós-1ª Guerra

Autores:

Tania Knapp da Silva - USP - taniaknapp@usp.br

Resumo:

O presente artigo analisa dois textos do paisagista alemão Rudolf Wilhelm Leberecht Migge, a saber, seu livro de maior sucesso Jedermann Selbstversorger! (Cada um autossuficiente!) e seu manifesto Das Grüne Manifest (O manifesto verde), escritos imediatamente após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918 e 1919 respectivamente. Pretendemos apresentar suas ideias a partir dos seus originais, sem tradução para o português, aproximando-as às circunstâncias históricas em que foram escritas. Os vínculos estabelecidos entre as propostas do paisagista e algumas pautas da modernidade permitem conjecturar outro projeto de cidade e sua relação com o campo pouco conhecidos.

O CAMPO-URBANO DE LEBERECHE MIGGE

Propostas de um paisagista alemão no pós-1ª Guerra

RESUMO

O presente artigo analisa dois textos do paisagista alemão Rudolf Wilhelm Leberecht Migge, a saber, seu livro de maior sucesso *Jedermann Selbstversorger!* (Cada um autossuficiente!) e seu manifesto *Das Grüne Manifest* (O manifesto verde), escritos imediatamente após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918 e 1919 respectivamente. Pretendemos apresentar suas ideias a partir dos seus originais, sem tradução para o português, aproximando-as às circunstâncias históricas em que foram escritas. Os vínculos estabelecidos entre as propostas do paisagista e algumas pautas da modernidade permitem conjecturar outro projeto de cidade e sua relação com o campo pouco conhecidos.

MOVIMENTOS DA MODERNIDADE

As transformações da modernidade advindas da Revolução Francesa e consolidadas na Revolução Industrial foram heterogêneas nos diversos países da Europa e se fizeram sentir em temporalidades distintas (HERF, 1984, p.13). Seja pela unificação tardia, seja pelo rápido desenvolvimento industrial da Alemanha em meados do século XIX e suas consequências na qualidade de vida das cidades, os movimentos da modernidade contrapunham-se em sua maioria à cidade industrial, cultuavam o campo e a natureza e propunham reformas do modo de vida. Tais movimentos se mantinham sob o nome geral de *Lebensreform* (reforma da vida) desde meados do século XIX. A especificidade alemã está na aparente contradição dos movimentos reformistas buscando modelos identificados na tradição pré-industrial retomando a época medieval, para responder a questões amplas da cultura e do cotidiano provenientes do avanço industrial, tecnológico e científico. À semelhança do movimento *Arts and Crafts* inglês, na busca por uma valorização estética dos trabalhos tradicionais, no entanto com vasta e variada atuação de movimentos pulverizados.

Entre os temas objeto de reforma que nos interessa para a continuidade da argumentação estão os movimentos de reforma dos parques e jardins, e dos cemitérios. Além deles, para frisar a variabilidade dos temas, como o movimento da juventude, do vegetarianismo, do naturismo, da educação, etc. Em suma, estes foram movimentos em geral institucionalizados em associações e sociedades civis que elaboraram cada um sua cartilha de princípios e de visão de mundo. Para os movimentos de reforma dos parques e jardins, bem como dos cemitérios, as disputas e debates conceituais objetivavam formular um modelo nacional. O denominador comum compartilhado por esses movimentos era o

anseio pela natureza e tradição, pelo qual todos buscavam as raízes e a identidade alemã em seus valores pré-industriais (CARBONERO, 2017, p. 3). Marta Carbonero (2017) também afirma que as iniciativas reformistas dos movimentos de parques e jardins endossaram um papel mais relevante do paisagismo expandindo suas propostas tradicionalmente estéticas, compositivas e recreacionais com dimensões urbanas e ecológicas maiores, incluindo as áreas verdes da cidade, como parques, bulevares, praças e cemitérios em uma lógica metropolitana própria – modelo semelhante ao sistema de parques formulado por Frederick Law Olmsted.

Os movimentos de reforma contrapunham-se também ao modelo vigente de paisagismo, conhecido como *landschaftlich*, literalmente paisagístico, consolidado pelas escolas reais de jardinagem e horticultura herdeiras culturais do modelo aristocrático dos parques privados, jardins reais, etc. A escola paisagística guardava semelhanças com o modelo do jardim inglês do século XVIII e disputava os novos programas da cidade moderna com o movimento reformista. Com o advento do sanitarismo e dos movimentos de Reforma áreas verdes de uso público das cidades passam a ser objeto de concursos na Alemanha e até a eclosão da Primeira Guerra o paisagismo Lenné-Meyer ¹ era dominante. Dentre os novos programas destacam-se os parques da juventude (áreas esportivas e militares), cemitérios e memoriais de guerra, parques da cidade e cidades-jardim (HANEY, 2010, pp. 23 e 55).

Outras instituições, mais conhecidas por sua programática técnica e moderna, como o *Deutsche Werkbund*, a despeito da aparente contradição, também contribuíram nos debates a respeito da reforma do jardim. Um de seus fundadores, Hermann Muthesius, foi enviado para a Inglaterra pela Embaixada Alemã especialmente para estudar a reforma do design doméstico que por lá se desenvolvia. Ao retornar para Alemanha, publicou dois livros, em 1904 *Das Englische Haus* (A Casa Inglesa) e em 1907 *Landhaus und Garten* (Casa de campo e jardim), que serviram de base para o Movimento de Reforma de Parques e Jardins. Muthesius defendia a integração entre casa e jardim de forma holística, ou seja, o desenho do jardim também seria atribuição do arquiteto tal qual o espaço construído (HANEY, 2010, pp. 28-36). Uma das consequências da contribuição de Muthesius no debate do paisagismo foi a realização de uma excursão organizada pela *Deutsche Gesellschaft für Gartenkunst* (DGfG, Sociedade Alemã para a Arte do Jardim) para estudar o paisagismo contemporâneo na Inglaterra em 1909 (SCHNEIDER, 2000, p. 65). Há ainda registro de outra excursão realizada pela Associação Alemã de Cidades-jardim no verão do ano seguinte (HANEY, 2010, p.30). Embora o *Werkbund* concentrasse seus esforços no desenvolvimento do *design* industrial para a produção de massa, seu debate extrapolou a pauta industrial *strictu senso*, pois alguns de seus membros, paisagistas de profissão, pretendiam aplicar o racionalismo e funcionalismo aos espaços livres, em suma, tipificar tais espaços. ²

Outra contribuição, em parte compulsória, da revisão dos espaços livres foi o próprio advento da Guerra e seus resultados excruciantes tanto na esfera material, quanto na esfera simbólica da vida cotidiana. Os horrores da primeira Guerra mundial implicaram, entre tantas outras questões mais concretas, na busca de outras formas simbólicas para justificar o sacrifício de tantas vidas. Marta Carbonero (2017) afirma que em todos os países, a paisagem (o paisagismo) teve grande papel nessa representação simbólica. Destarte, a autora discorre de que forma os cemitérios ofereceram uma oportunidade em conciliar

homenagens às questões sanitárias que tiveram lugar no debate profissional do entre guerras e em como eles refletiram no conflito entre tipificação e individualização que tanto polarizou o debate arquitetônico da Alemanha desde o início do século XX. A autora afirma que a forma como os alemães trataram as honrarias de seus mortos deve ser compreendida no âmbito dos movimentos de reforma da vida (*Lebensreform*), movimentos preocupados com as consequências do desenvolvimento industrial na cultura alemã surgidos na virada do século. Suas preocupações abarcavam diversos aspectos da vida cotidiana e da cultura, como a juventude, o naturismo, a alimentação vegetariana, educação, religião, etc. O culto aos mortos, portanto, também foi incluído nessa preocupação por renovação cultural.

Não podemos deixar de apontar que as greves, rebeliões e outras ações civis organizadas, conhecidas posteriormente como Revoluções de Novembro - deflagradas por movimentos operários, marinheiros e soldados (HAFFNER, 2018, p.79) e militantes espartacistas, entre seus líderes Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg, forçando a abdicação³ de Guilherme II no dia 9 de novembro de 1918 – também constituíram papel fundamental nesse caldo sociocultural a qual nos referimos aqui como movimentos da modernidade. Tal qual a densa maioria dos movimentos citados, a organização operária alemã vinha se estabelecendo desde o final do século XIX nos sindicatos partidários e outros equipamentos de formação cultural e ajuda mútua (RICHARD, 1988; ALMEIDA, 1982). A partir da rendição das tropas alemãs no dia 7, a Alemanha perdia a Guerra, dissolvia a monarquia e dava indícios de seguir os passos russos rumo a uma revolução comunista, tudo em apenas três dias. Entrementes, o cenário estava longe de ser animoso: muito antes de a Guerra ser perdida, e com ela o país contrair dívidas estratosféricas o impelindo a uma crise econômica, os alemães já pagavam um alto preço para manter o país em combate. Enquanto o número de soldados chegava a somar 10 milhões, diminuía o número de operários da indústria a um quarto. Os esforços produtivos priorizavam a Guerra a qualquer custo, a mão de obra era essencialmente utilizada para a manutenção ou construção de material bélico. O mesmo valia para matérias primas, como o carvão mineral. Muito antes do armistício, nas cidades alemãs, racionavam-se alimentos, têxteis e carvão. A população alemã em seu cotidiano, pelo menos desde 1916, convivia com a escassez de bens básicos, com a fome, com epidemias de doenças como a tuberculose e a gripe, com a redução drástica do poder de compra e o conseqüente declínio moral e aumento da criminalidade (RICHARD, 1988, pp. 13-37).

É nesse contexto socioeconômico e cultural da Alemanha que o paisagista Rudolf Wilhelm Leberecht Migge publicou em 1919 seu manifesto verde na revista *Die Tat* (A Ação), sob o pseudônimo *Spartacus in Grün* (Espartacus no Verde). Naquele momento, Migge já era um paisagista estabelecido, possuindo escritório próprio e desenvolvendo, entre outros, projetos de parques do povo e parques da juventude,⁴ estes últimos possuíam um conceito híbrido, entre parque de esportes e memorial de guerra, desenvolvido em conjunto com Martin Wagner. Migge também já estava notabilizado nessa época com a publicação de seu segundo livro *Jedermann Selbstversorger!* (Cada um autossuficiente!) em 1918 e reeditado em 1919. A Guerra, no entanto, imprimiu outras marcas na carreira do paisagista para além de honrarias aos soldados: muitos projetos foram cancelados no período afetando-o financeiramente (HANEY, 2010, pp. 86–126).

UM MODERNO SEM MOVIMENTO

Membro de diversas instituições aqui brevemente discutidas ⁵, Leberecht Migge, promoveu importantes inovações no paisagismo moderno, tendo contribuído nos projetos dos assentamentos para moradias sociais, conhecidas como *Siedlungen*, principalmente no que tange o planejamento ambiental e urbano com destaque ao paisagismo comprometido com a produção de alimentos, e a gestão de resíduos urbanos e domésticos. Migge desenvolveu e sintetizou ideias e teorias de diversos campos do conhecimento aplicando-os na prática do paisagismo, cujos limites tencionou mais do que qualquer outro de seu tempo. Apesar disso, sua contribuição como paisagista foi em parte negligenciada após sua morte (1935), a julgar por sua atuação ampla e diversificada como paisagista em projetos frequentemente citados, como o caso de *Siedlungen* de Ernst May em Frankfurt, e de Bruno Taut e Martin Wagner em Berlin, em que raramente se faz menção a seu nome, ou mesmo ao tratamento dos espaços livres.

A sua aptidão em atuar transversalmente às diferentes disciplinas e campos do conhecimento possibilitaram experimentações no paisagismo e no planejamento urbano e ambiental; embora salutar, parece ter isolado sua figura dentro dos movimentos do qual fez parte. Frisa-se a dedicação prática de Migge; e sua concomitante produção teórica – de grande valor historiográfico – que parece balizar e estabelecer espaço de debate entre seus contemporâneos. Migge foi um escritor profícuo, publicou livros, editou sua própria revista ⁶ e escreveu artigos em diversas revistas especializadas. A importância de Leberecht Migge para o pensamento e projeto de ocupações com intento integrador entre campo e cidade ainda não pode ser mensurada adequadamente, uma vez que sua produção – tanto escrita quanto projetada – não foi objeto de muitos estudos. Migge esteve à frente de seu tempo em muitos aspectos relativos ao que hoje denominamos como planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável. As *Siedlungen* da República Weimar, por exemplo, são reconhecidas pelos avanços relativos à política habitacional, ⁷ e nos casos em que o paisagista integrou as questões de gestão urbana, gestão de resíduos, agricultura, e ocupação territorial essa contribuição pode ser ainda maior. Para ele, a horticultura era uma atividade integradora, com uma função social e econômica, na verdade, mais do que isso, para Migge, ocupação e subsistência eram indissociáveis, como podemos verificar em suas palavras:

“Colonização e subsistência são uma e mesma coisa. Na subsistência da existência humana [há] alimentação, moradia, vestimenta e estímulos sensoriais, entretanto, a alimentação está no topo. Um olhar sobre a ocupação primitiva demonstra isso.” (MIGGE, 1999, p. 17) ⁸

A atuação de Migge nas *Siedlungen* ocorreu após a publicação de seu segundo livro, *Jedermann Selbstversorger!* (Cada um autossuficiente!) em 1918, que alcançou grande popularidade na época. Até essa data seus projetos alcançaram a escala de parque e seguiam o modelo do *Volkspark*, parque do povo, com o qual rompe a partir da inclusão da jardinagem como atividade física dos parques, definindo-a como conectora do corpo à terra. Isso porque Migge passou considerar e valorizar a horticultura como uma importante ferramenta social ⁹. Com o subtítulo *Eine Lösung der Siedlungsfrage durch neuen Gartenbau* (Uma solução da questão do assentamento através da nova horticultura) é patente a meta

do livro de apresentar soluções práticas de produção hortícola em novas ocupações humanas. A publicação foi uma iniciativa da “Associação para pequenas moradias da Grande Berlim”, vinculada à condução de feridos de guerra e seus familiares a novos assentamentos, o que já nos aponta o público-alvo inicial. Dividido em três partes, anuncia em seu primeiro capítulo o pressuposto de uma visão de mundo relacionada à alimentação apresentando um discurso técnico-científico de nutrição baseada nos vegetais sem, no entanto, prescindir completamente das carnes. Em seguida detalha no segundo capítulo o novo modo de ocupação, desde os esquemas organizacionais do tipo de plantio mais próximos ou não da casa, metragem quadrada necessária de cultivo por número de membros familiares, orientação de implantação das construções e muros funcionais de acordo com insolação e ventos predominantes, bem como os acréscimos produtivos, investimentos necessários, saldos e safras esperadas, entre outros pontos a detalhar nesta análise. Por fim, Migge conclui expressando o que seria a consequência da implementação de sua proposta: aumento da produção de hortaliças e frutas enquanto uma tarefa nacional.

A visão de mundo defendida por Migge coaduna com aquela mais ou menos difundida desde o fim do século XIX pela classe média burguesa urbana, encerrada no termo geral de *Lebensreform*. Embora seu editor, Eugen Diederichs, fizesse parte desse universo – e por extensão seus consumidores – o livro fora encomendado por uma associação de uma classe menos privilegiada, fisicamente e emocionalmente atingida pelos horrores da guerra. Conquanto houvesse soldados e combatentes da classe burguesa, é muito improvável que estes precisassem de acolhida em novos assentamentos na grande Berlim, o que permite deduzir que o autor se reporta em maior medida aos soldados pobres ou empobrecidos da guerra. “Estejamos sempre integralmente presentes ao comer e beber para levarmos aos nossos corpos a cada mordida um pensamento”. É com esta citação de Prentice Mulford que Migge (1919, p. 2) abre o primeiro capítulo.¹⁰ A citação, não localizada, indica a visão de mundo espiritualista de Mulford, membro do Movimento Novo Pensamento. Esta vertente religiosa, surgida do Monismo, compreendia corpo e mente como uma unidade e tinha a crença do poder da mente na cura de doenças, na lei da atração e no poder de pensamentos positivos, etc. Sabe-se que o editor do livro de Migge, Eugen Diederichs, era maçom e que assumiu em 1912 a edição da revista *Die Tat* (A Ação), fundada pelos irmãos, também maçons, Ernst e August Horneffer membros da federação monista de Leipzig como revista propagadora desta visão de mundo. Migge nos primeiros parágrafos reúne dados científicos sobre as proporções nutricionais ideais e questionamentos sobre a influência da alimentação na formação do espírito/mente das pessoas:

“Poucas pessoas sabem, qual a influência tem sua alimentação na formação de sua mente; o público em geral nem imagina. Aparentemente a constituição fisiológica do nosso corpo (mandíbula, intestinos, etc.) foi especialmente determinada para uma alimentação mista. (...) A despeito disso, que nossa mente exige um tipo específico de nutrição, ainda resta a demonstração se a “mistura” atual está correta.” (MIGGE, 1919, p. 2)

O autor acresce ao questionamento nutricional – relação de um consumo mínimo de 3.000 calorias e sua distribuição nutricional de gordura, proteína, sais minerais, tal qual defendido nas tabelas da época – a constatação de que este mínimo durante a guerra nem chegou a ser o máximo consumido pela maior parte da população. O racionamento dos bens

de consumo básicos, como batatas, carne e manteiga, no período de combate tendia a permanecer (MIGGE, 1919, p. 6). Ao que tudo indica neste primeiro capítulo, além de uma motivação concreta – a fome e o racionamento de alimentos – Migge também defende sua visão de mundo, num limiar entre os movimentos reformistas do estilo de vida e do pensamento monista que compreende corpo e mente enquanto unidades interdependentes, para um público não completamente afinado com tais convicções. Apela inclusive para uma relação causal entre a alimentação e o desenvolvimento da sabedoria:

“(…) Mas Pitágoras não foi o único entre os antigos Sábios, representante indelével do período cultural no qual se empregou a alimentação leve como guia para a Virtude. (...) Quanto mais e mais frequentemente estimularmos o corpo ao esforço da digestão pesada, menos espaço e energia livre haverá para a mente. O conhecimento da conexão entre corpo e mente, da interação de suas funções, da unidade de sua criação, no entanto, significa visão de mundo.” (MIGGE, 1919, p. 3)

O tema seguinte abordado por Migge neste capítulo frisa a base alimentar constituída principalmente de vegetais, mesmo sem evitar as carnes por completo, pois com exceção delas todo o resto são plantas ou composto por elas – argumentando inclusive a necessidade de cultivo hortícola na criação de animais. No intuito de estimular um maior consumo de vegetais, Migge destaca as doenças relacionadas ao consumo exagerado de carne, como gota e problemas metabólicos, bem como seu alto custo produtivo e aquisitivo, comparando com a variabilidade nutritiva do reino vegetal na concentração de carboidratos, sais minerais, etc (MIGGE, 1919, pp. 5-6). A mudança alimentar sugerida pelo autor se apresenta como garantidora de saúde da população e de equilíbrio econômico do país. Após detalhar quantitativamente o consumo anual de vegetais, a partir das referências de consumo no período de paz, Migge conclui apresentando sua proposta de organização social para atingir tamanha produção:

“Se assumirmos como possível e provável que após a guerra, principalmente assim que a ração normal de gordura ter sido assegurada, receberemos essencialmente a mesma quantidade de pão, batatas e produtos derivados dos animais que antes [da Guerra], então será a carne, que deve ser substituída por comida verde em sua maior parte. De acordo com o que foi anteriormente consumido em uma média de legumes e frutas - e na experiência forçada subsequente durante os anos de guerra - meio quilo de vegetais por pessoa por dia será suficiente no futuro. Como essa medida é a média, adultos e crianças maiores consomem mais. Se contabilizarmos 1/5 da colheita de vegetais para resíduos e desperdícios, então, **para uma família de cinco pessoas, são necessários cerca de uma tonelada de legumes por ano.** Também estimamos a necessidade de frutas em 150 gramas para o dia, ou até mais. Isso resulta em um mínimo de 25 quilos de frutas por ano. Além disso - o consumo durante a paz era de cerca de meio quilo por cabeça por dia - para 2 meses de batatas precoces pelo menos 150 quilos. (...) Sem mencionar aqui a possibilidade e as consequências econômicas nacionais de longo alcance de uma política alimentar tão rejuvenescedoras, **eu gostaria de aprofundar aqui apenas um**

aspecto para sua execução, cujo fornecimento de mão de obra, de se supor necessário, é determinante. **Trata-se do estabelecimento rural técnico enquanto atividade secundária e de lazer do operário** de meio turno e sua família através de assentamentos.” (MIGGE, 1919, pp. 6-7 **negrito nosso**)

O capítulo seguinte refere-se a todo este aspecto determinante: a nova forma de assentamento, dedicando ao todo nove seções em que detalha sua proposta. Na primeira discute os predicados e necessidades do produtor autossuficiente e as dimensões mínimas para atingir a produção anteriormente defendida, seguida pela segunda, consequência da primeira, em que define as duas partes do assentamento, a intensiva e a extensiva e seus componentes orgânicos espaciais. A terceira e quarta seções tratam dos recursos, insolação, ventos, irrigação e gestão dos resíduos. A quinta seção detalha graficamente (figura 1 deste artigo) a célula mínima do assentamento, a unidade habitacional e seu jardim produtivo. Em seguida trata mais uma vez da produção e criação autossuficiente detalhando o cultivo de frutíferas e a criação de pequenos animais, retomando na seção seguinte a produção habitacional associada à produção agrícola que por consequência retoma na oitava seção a organização social a qual estes assentamentos se integram. E encerra o capítulo com o levantamento dos custos individuais e seus dividendos alimentares e financeiros.

A célula mínima corresponde a uma família de cinco pessoas, excluindo casais sem filhos e solteiros, portanto, denotando a faceta moral de suas propostas. A singularidade das propostas do paisagista refere-se menos no uso hortícola do jardim do que em apostar no potencial de transformação social e crescimento econômico desse uso. Ademais Migge se contrapõe aos assentamentos existentes criticando as dimensões da área livre (entre 50 a 200 metros quadrados), notadamente aquelas áreas verdes e/ou horticolas presentes nas cidades-jardim, como Hellerau e Marienbrunn. O novo assentamento seguindo os princípios da autossuficiência miggeriana parte da conjunção de duas metas fundamentais, *pôr em prática a ideia de renovação do solo através do novo homem* (MIGGE, 1919, p. 8). Trata-se especialmente do homem urbano – o operário da indústria – em seu tempo livre com sua família que representa o novo homem do assentamento renovado em seus princípios.

A metragem mínima definida por Migge, considerando a célula familiar de cinco pessoas e sua autossuficiência alimentar, é de 400 m², sendo metade o jardim produtivo de cultivo hortícola intensivo e de frutíferas, integrado à habitação, e a outra metade de lavoura arrendável nos jardins comunitários fracionados de cultivo extensivo, incluindo cultivos de inverno e batatas precoces. Para além dessa metragem mínima o modelo incluía estruturas comunitárias, como fábricas agroindustriais de conservas e beneficiamentos, fábrica de composto (incluindo fezes humanas e resíduos domésticos em geral), criação de peixes, de gado, produção de nozes e castanhas, fazenda-modelo, área experimental, além de estruturas de lazer como áreas de prática de esporte. Outro argumento para a divisão das áreas diz respeito ao uso dos avanços técnicos e tecnológicos para o cultivo extensivo. Migge defende os avanços técnicos – e irá ovacioná-los em seu manifesto e em outros textos – e para justificar economicamente seu uso em sua proposta há necessidade de maiores áreas, dessa forma, os custos altos de equipamentos de irrigação, estufas entre outros, seriam compartilhados numa área de cultivo comum que inclui as outras estruturas comunitárias. A contraparte individual, intensiva, por sua vez exige maiores cuidados e mais mãos,

justificando sua proximidade com a casa e propiciando convívio familiar (MIGGE, 1919, pp. 11-13).

A produção hortícola familiar é um traço cultural alemão persistente até os dias atuais e data pelo menos de meados do século XIX. Alguns formatos recorrentes, como jardins produtivos nos lotes das cidades-jardins, as tentativas particulares de *Siedlungen*, as terras arrendáveis especialmente para esse fim com uma pequena cabana, são conhecidas por alguns nomes, *Schrebergarten*, *Kleingarten*, *Pachtland*, diferenciam-se da proposta contida no livro analisado por não basearem o planejamento do território *a partir* delas. Percebe-se que o uso agrícola do solo urbano, entendido posteriormente pelo autor como campo-urbano, *Stadtland* é parte fundamental na concepção de planejamento urbano e ambiental do autor. Migge afirma que as tentativas anteriores fracassaram por não regularem os custos de produção da terra e acredita sanar o problema separando a parte intensiva da extensiva, o que reflete diretamente no planejamento do território.

“Como resultado dessa separação racional, de acordo com o valor de uso das instalações, nossa colônia é dividida primordialmente em duas metades, das quais uma, a intensiva, com jardins, casas e ruas e todos os recursos técnicos necessários, explora plenamente as despesas que incorremos, à custa da outra parte extensiva que não nos proporcionaria tal usufruto. E justamente por causa disso – com as economias de uma associação, esta que ainda deve ser discutida – libera cada fundo anteriormente faltante para a existência do jardim de forma suficiente.” (MIGGE, 1919, p.12)

A terceira e quarta seções tratam dos recursos, aos quais Migge atribui a garantia de maiores colheitas e conseqüentemente a autossuficiência por ele proposta. Serão temas caros e recorrentes tanto em seus artigos, quanto nos projetos posteriores. Sua argumentação refuta a localização geográfica do solo como determinante para sua fertilidade e conseqüente produtividade agrícola. Em cultivos extensivos tal suposição é parcialmente acertada, mas nos casos intensivos – hortícolas – há um grau muito maior de independência do solo e do clima (MIGGE, 1919, p. 13) ¹¹. A descoberta da química orgânica na virada do século já vinha consolidando o avanço do conhecimento nutricional das plantas. Aqui, para além de sua formação técnica, ¹² Migge reúne conhecimentos e debates de seu tempo, como é o caso do legado do químico Justus von Liebig (1803 - 1873) que contribuiu para o desenvolvimento dos fertilizantes químicos, do sabão de explosivos e alimentos desidratados; e das contribuições do botânico e microbiologista Raoul Francé (1874 – 1943) que também estão presentes no discurso de Migge, Francé em seu livro “*Edaphon, das Leben in Ackerboden*” (Edafon, a vida no solo) defende a reintrodução dos dejetos humanos ao solo a fim de preservar a vida do solo e o ciclo dos elementos (HANEY, 2010, pp. 106 e 125). Assim, os recursos, naturais em grande parte, são elevados a uma categoria técnica-produtiva fundamentais para a intensificação agrícola, para a organização do assentamento e sua logística. A insolação, por exemplo, determina a orientação das construções, de modo a aumentar a eficiência da energia solar na nutrição das plantas – a fotossíntese – bem como garantir aquecimento e insolação das moradias. Migge (1919, p. 14) é categórico: *Não existe cultivo intensivo de plantas sem luz e calor*. Para garantir o calor, entretanto, é necessária a proteção contra o vento e o tempo, assim, outras estruturas indispensáveis à

autossuficiência são a estufa (ou o jardim de inverno quando associado à moradia) e o muro quebra-vento, que também serve de anteparo aos cultivos de plantas trepadeiras (tomate, framboesas, etc.).

Outros recursos elencados como fatores de aumento de produção e colheitas pelo autor são a irrigação e a ferti-irrigação atribuindo a elas a função de equilibrar a fertilidade do solo. Para o primeiro, por razão dos custos da água encanada (novidade para a época), defende a irrigação com o aproveitamento das águas pluviais, agregando a esta a água de reuso proveniente da casa – pia e banheira – prevendo para isso um reservatório de decantação e um tanque. Também aqui, Migge (1919, p. 15) apresenta números: 800 litros de água por dia são usados em média por uma família e são necessários cerca de três litros por metro quadrado na irrigação diária dos campos de cultivo, logo, 600 litros por dia de ferti-irrigação bastam na parcela intensiva. Prevê ainda o uso de dois metros cúbicos de água pluvial, coletada do telhado e armazenada em cisterna. Por fim, a quarta seção trata exclusivamente do uso dos resíduos domésticos – estes sim possuem o papel principal na fertilidade do solo. A renovação do solo de tempos em tempos se faz necessária: num uso intensivo do solo, quanto mais colheitas, mais frequentes os nutrientes [orgânicos e minerais] do solo precisam ser compensados (MIGGE, 1919, p. 17). Dessa forma, o autor indica os *novos caminhos a serem trilhados no assentamento*: uso dos resíduos domésticos e cinzas [fogão e/ou lareira] de um lado, e fezes (humanas inclusive) por outro. Também nesta seara, Migge argumenta com números e apresenta soluções técnicas:

“No lixo doméstico há valiosos nutrientes para o composto, os restos de cozinha oferecem, para além dos restos orgânicos (cereais, fibras, celulose), cálcio e nitrogênio, que a partir de sua decomposição proporcionam ao cultivo do solo e das plantas razoável qualidade. As cinzas também, especialmente da madeira, atuam como calcário e também como aerador e promotor mecânico da qualidade do composto; (...) Uma família de cinco membros produz aproximadamente 500 quilos de lixo doméstico no ano. (...) Todavia são as fezes humanas que apresentam o principal. Atribui-se a uma pessoa cerca de cinquenta quilos de excrementos e quatrocentos de cinquenta quilos de urina ao ano, que de preferência juntos (no banheiro seco) se decompõem em turfa, para então serem levados ao jardim. No total, uma família de cinco membros produz em umlar-jardim no mínimo mil e duzentos quilos de resíduos no ano.” (MIGGE, 1919, pp. 17-18)

Ele não deixa de alertar sobre os protocolos de higiene para incrementar o composto com fezes – tema que lhe renderá naturalmente muitas polêmicas - mais uma vez lança mão do discurso dos avanços técnicos e tecnológico no convencimento, ampliando a discussão numa escala maior, estimando a quantidade de resíduo descartado nos centros urbanos que poderiam incrementar os campos e finaliza a seção com um apelo do homem reestabelecer o ciclo dos nutrientes (*Kreislauf der Stoffe*, referência a Raoul Francé) prevendo um futuro colapso agrícola, caso se avance com o uso de fertilizantes químicos¹³.

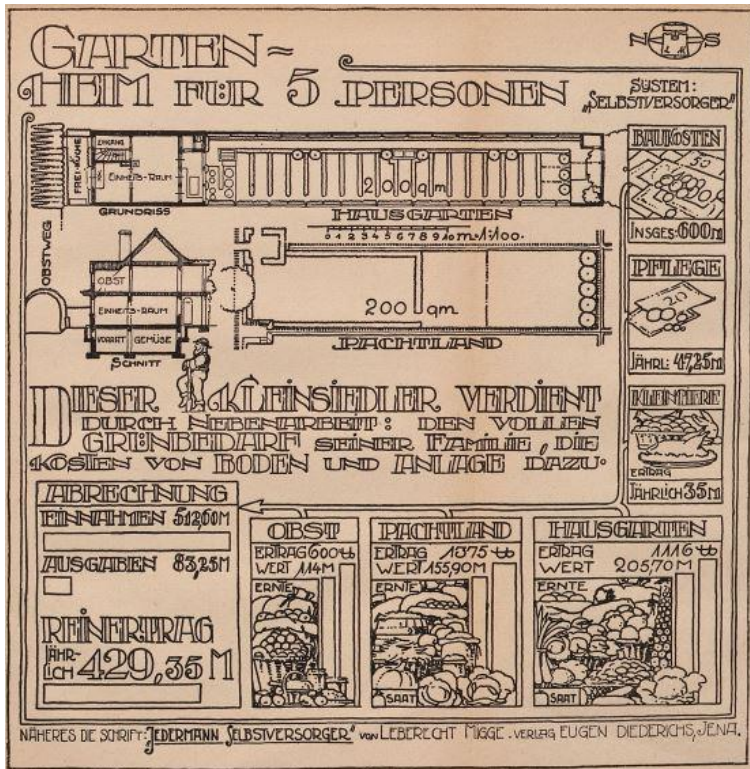


Figura 1 - "Lar-jardim para 5 pessoas" (MIGGE, 1919, p. 21)

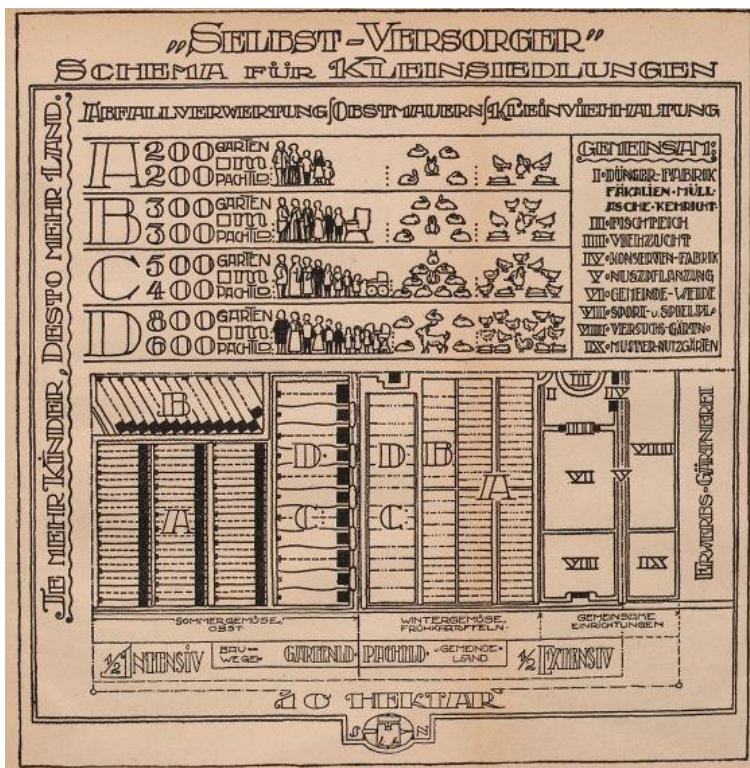


Figura 2 - "Esquema para assentamentos autossuficientes" (MIGGE, 1919, p. 11)

Sobre a produção de frutas e criação de pequenos animais, Migge reproduz a argumentação introdutória do capítulo quanto à autossuficiência e a consequência dela, o

cultivo intensivo com melhor aproveitamento do espaço visando o cultivo. Nos interessa comentar sua sugestão de um caminho de frutas, *Obstweg* (primeiro elemento à esquerda na planta e corte da figura 1), ligado diretamente com a cozinha ao ar livre, *Freieküche*, facilitando seu manejo e preparação de conservas. As frutíferas, neste caso, são as trepadeiras, dispostas num caramanchão, e supostamente conformariam um *continuum* no assentamento, se assumirmos uma repetição do modelo. Esta proposta formal, do passeio sob pérgula ou caramanchão, está presente em muitos projetos seus, desde jardins das mansões burguesas – como, por exemplo, na casa Wegmann projeto feito em conjunto com Muthesius¹⁴ - até os cemitérios e memoriais de guerra – como foi o caso do Cemitério Brüssel-Evere. Na sétima seção Migge trata da construção da moradia, de forma bastante peculiar, sem apresentar métodos ou materiais construtivos. O que o interessa discutir é o modo de vida adequado ao assentamento que propõe. Ele diferencia a vida no campo da vida do campo, o espírito urbano associado ao primeiro e o rural ao último. Em sua análise, as moradias no campo são caras, possuem cômodos demais para a mesma função, quando na verdade deveriam representar a vida do campo apropriando-se de forma ilimitada do espaço externo. Nesse sentido o caramanchão de frutas e a cozinha ao ar livre ganham dimensões arquitetônicas. Na oitava seção temos as pistas concretas do público alvo idealizado por Migge para ocupar os novos assentamentos:

“Está claro que esta nova forma de cultivar o solo exige invariavelmente do espírito, que para o novo se esforça e toda a vontade possui. Isto nem todos possuem, muito menos os homens de profissão. Seria por isso inoportuno, agora e futuramente, em geral querer assentar só trabalhadores rurais ou mesmo fazendeiros tradicionais, pois justamente eles estão acostumados a mover este chão. E também foram infelizes boa parte dos recursos humanos, dos quais se fez uso em certas linhas de nosso movimento de colonização até então, as vítimas e oprimidos do capital não pertencem necessariamente a isto. Em todo caso nunca sozinhos.” (MIGGE, 1919, p. 26)

Tanto seus livros¹⁵, quanto o manifesto foram publicados pelo mesmo editor, Eugen Diederichs, um editor importante, que consolidou sua editora em Jena, após passagens por Florença e Leipzig, publicou um grande número de volumes literários como Hermann Hesse, Friedrich Hölderlin, Leon Tolstoi, Anton Tchecov, além da obra de John Ruskin¹⁶. Sua revista semanal *Die Tat* de política e cultura, quando assumiu sua edição em 1912 não possuía mais que mil assinantes e chegou a publicar em 1929 cerca de 20.000 exemplares, estava alinhada com ideais socioculturais da *Lebensreform* e ligada ao movimento de Juventude e ao neo-romantismo (RICHARD, 1988, p. 251). A revista defendia um anticapitalismo nacionalista de classe média, situado entre o comunismo e o capitalismo, posição que se denominou como “terceira via” (HERF, 1993; RICHARD, 1988). Destarte, considerando o público leitor da revista e as condições do país, pode-se inferir a recepção do manifesto “anônimo”¹⁷. Para assegurar ao público brasileiro contemporâneo suas próprias inferências, concordando ou não com as análises iniciais aqui elaboradas, apresento uma tradução do manifesto de quase um século atrás, antes, porém, faço alguns comentários a cerca das dificuldades impostas pelo idioma.

Enquanto gênero argumentativo, o manifesto no decurso de suas seis partes objetiva convencer o declínio moral e de qualidade de vida das cidades industriais do século XIX e propõe como solução socioeconômica a ocupação de baixa densidade baseada na produção agrícola intensiva e mecanizada. Seu público alvo são os cidadãos urbanos, convocados a ação individual e autossuficiente em novos assentamentos “rurbanos”. A primeira parte alerta para o declínio da cidade como uma fatalidade europeia e anuncia o novo campo como ideário do século XX. Pois o campo, tal qual referido e criticado na segunda parte, do século precedente e atual era tratado com desprezo pelos cidadãos, numa relação superficial. Todavia defende ser este o germe dos espaços insalubres da cidade e saúda os movimentos que contestam estes espaços da cidade industrial, num recurso retórico, como se todos os movimentos citados estivessem de acordo com a pauta do manifesto.

Na terceira parte são indicadas as primeiras propostas para salvar a cidade se sua decadência: uso produtivo de áreas urbanas, criação de mais áreas verdes públicas, desenvolvimento de assentamentos e fazendas modelo, e a gestão dos resíduos urbanos para compostagem e usufruto no campo. O campo, no entanto, também necessita de renovação e as soluções se concentram na quarta parte, o essencial é a integração entre campo e cidade incorporando as tecnologias modernas de mecanização da agricultura tornando-a intensiva e altamente produtiva. Feita a denúncia e apresentadas as soluções as últimas duas partes são dedicadas a convocar o leitor à ação: migrando das cidades condenadas para o interior do país, reformulando as instituições e o modo de vida, e fundando novas cidades.

A tradição alemã de cultuar o campo data de 1890 como reação ao movimento naturalista e esteve presente nas expressões artísticas, como a literatura e a pintura, e se manteve estável na República de Weimar (RICHARD, 1988, p. 244). Vertentes menos artísticas, mas igualmente persistentes como os movimentos da Juventude (*Wandervogel*) e da *Lebensreform*, surgidas em meados do século XIX indicam como a Alemanha, um país jovem e altamente industrializado,¹⁸ era nostálgica de uma suposta idade de ouro preservada pelas tradições camponesas. Embora o manifesto se valha desses valores, a visão miggeriana não é um retorno nostálgico à natureza, mas sim uma síntese de jardins produtivos, habitação e espaços comuns (HANEY, 2007). Ao longo do texto não se verifica qualquer menção heroica do campo ou do camponês do passado ou presente, é um novo homem, migrante das cidades mal talhadas, que forjará o novo campo. Outro tema caro à tradição alemã presente na literatura¹⁹ diz respeito ao sacrifício heroico por um bem maior, que se verifica na primeira parte do manifesto: conclui que a cidade do século XIX é uma fatalidade europeia, pela qual os alemães se sacrificaram.

O nacionalismo alemão foi comumente caracterizado pela oposição entre os valores da *Zivilisation* e da *Kultur* (HERF, 1993; ELIAS, 1994), exemplo disso no manifesto está na associação da cidade e sua decadência à civilização material e ao antigo poder burguês alemão. No mesmo ano de 1919, outra publicação trata dessa mesma oposição: *Preussentum und Sozialismus* (Prussianismo e Socialismo) de Oswald Spengler. Em sua análise, Spengler distingue dois tipos de socialismo, o inglês, forjado por Marx, materialista, liberal e cosmopolita, e o prussiano marcial, determinado e disciplinado com coragem para morrer por algo mais elevado (GAY, 1978, pp. 99-103). O procedimento de libertar de Marx o socialismo alemão, corresponde a incorporar valores da *Zivilisation*, associado ao Ocidente

e à Inglaterra, transformados para se vincularem a *Kultur* alemã (HERF, 1993, pp. 63-64). Spengler mais tarde, em 1923, edita sua obra mais famosa *Der Untergang des Abendlandes* (O Declínio do Ocidente) no qual:

“(...) o grande público só retinha uma lição, ao mesmo tempo pessimista e consoladora, a lição de um fatalismo muito relativo: a derrota da Alemanha arrastava a Europa para o desastre; desde o século XVIII a civilização ocidental entrara numa decadência irreversível – a menos que aparecesse um novo César.” (RICHARD, 1988, p. 247)

A despeito das diferenças de tom, mais catastróficas em Spengler e mais propositivas em Migge, ambos engrossam o coro nacionalista, também cerravam fileiras os movimentos da Juventude, invocados no manifesto. De origem burguesa, estes movimentos se caracterizavam pelo romantismo da Alemanha medieval, num voo no futuro através do passado, reforma através da nostalgia (GAY, 1978, pp. 92, 97). O manifesto propõe uma síntese entre as tradições nacionalistas e uma revolução conciliadora: campo e cidade; corpo e mente; trabalho manual e intelectual; instinto primitivo e tecnologia; tradição e modernidade. Parece ser esta a singularidade das propostas de Migge, a leitura “rural” sobre áreas urbanas, denominadas como improdutivas. No entanto, suas propostas não se restringem a programas hortícolas, os parques da Juventude e os memoriais de guerra são pensados para “produzir” o novo homem por meio do culto do corpo e do espírito.

Migge parece ter consciência do desafio a que se lança no manifesto, ainda que a Alemanha fosse majoritariamente urbana e industrial desde o final do século XIX, resistia, principalmente a leste do Elba, uma Alemanha agrária formada por grandes latifúndios pertencentes à aristocracia feudal (RICHARD, 1988, p. 78), que sequer a constituição socialdemocrata de Weimar logrou dissolver. Estas relações socioeconômicas do campo alemão talvez justifiquem o interesse de Migge – interessado nas massas – nas áreas urbanas, e suas propostas de pequena escala, focado na produção intensiva principalmente de subsistência. As dimensões mínimas por pessoa mencionadas no manifesto tinham sido desenvolvidas e publicadas no ano anterior em *Jedermann Selbstversorger!* com esquemas de relação de área e produção hortícola. Em 1920 Migge mudou-se para o vilarejo de Worpswede, próximo a Bremen, onde experimentou pessoalmente com sua família suas propostas de autossuficiência. No mesmo ano, na esteira de seu próprio manifesto, o paisagista fundou, em sociedade com o arquiteto Max Schemmel, a *Siedler-Schule Worpswede*, (Escola para Colonos de Worpswede) para atender a demanda prática contida em seus textos, atraindo diversos interessados desde arquitetos e paisagistas, anarquistas, comunistas, e judeus do Movimento Sionista. (HANEY, 2010, pp. 130-141).

Apesar da visão negativa no que se refere à cidade proveniente da industrialização do século anterior, Migge não rejeita nem a indústria, nem a tecnologia. Na quinta parte do manifesto fica claro o seu desejo de integrar a indústria ao modelo novo de campo-urbano, apesar de não se esclarecer a conversão da indústria – possivelmente relacionada ao modelo de socialização da indústria da construção desenvolvida por Martin Wagner (TAFURI, 1987; HEUß, 1981), uma vez que os dois já vinham trabalhando juntos – a mudança pretende integrar trabalhos laborais e agrícolas. Posteriormente Migge desenvolveu essa divisão de trabalho propondo um modelo de ocupação a qual nomeia *Stadtlandkultur*²⁰. O termo

congrega itens divididos em três grupos, as áreas verdes funcionais, as sociais e as laborais²¹, pertencem ao primeiro grupo as atividades agrárias e florestais, ao segundo as áreas destinadas às práticas sociais, cemitérios, parques, jardins e áreas de preservação natural, ao último as atividades de comunicação/logística, indústria e exploração de minas. Migge propunha com isso combater uma tendência característica dos países industrializados: o êxodo rural e perda de força de trabalho campesino, aliando a isso a construção de moradias.²² Salienta-se nas propostas de Migge um esforço em costurar a modernidade e a cultura urbana com as tradições campesinas aprimoradas com equipamentos industriais.

Por fim, a compreensão do jardim produtivo como instrumento de reforma social e econômica sublinha por um lado as circunstâncias do país, e por outro o desenvolvimento de um campo do paisagismo mais relacionado ao desenvolvimento do território. Nesse contexto, o manifesto estabeleceu um debate político acerca do paisagismo e é um documento singular nesse sentido. O próprio termo “verde” de cunho político antecedeu em muitas décadas a constituição de um partido com esta pauta (HANEY, 2007; 2010). Os movimentos culturais e políticos, bem como as tradições conciliatórias da ideologia conservadora da terceira via foram as condições que possibilitaram a Migge atribuir tamanha importância econômica, política e social ao paisagismo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Mendes der. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARBONERO, Marta García. “Green Reform, Landscape Gardening and War Cemeteries. The Case of Leberecht Migge and Harry Maasz”. *RIHA Journal* 0152, 27 June 2017. Disponível em <http://www.riha-journal.org/articles/2017/0150-0176-special-issue-war-graves/0152-garcia-carbonero> (Último acesso em 12/04/2018)

ELIAS, Norbert. “Exemplos de atitudes de corte na Alemanha”; “A classe média e a nobreza de corte na Alemanha”; “Exemplos literários da relação entre a Intelligentsia de classe média alemã e a corte”. In: *O Processo Civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, pp. 29-46.

GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HANEY, David H.. *No House Building without Garden Building! (Kein Hausbau ohne Gartenbau!): The Modern Landscapes of Leberecht Migge*. *Journal of Architectural Education*, Vol. 54, nº 3, Fevereiro 2001, pp. 149-157. Taylor & Francis, Ltd.. Association of Collegiate Schools of Architecture. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1425581> (Último acesso em 06/08/2018)

_____. *Leberecht Migge's "Green Manifesto": Envisioning a Revolution of Gardens*. *Landscape Journal*, vol. 26 n° 2, 2007, pp. 201-218. University of Wisconsin.

_____. *When Modern was Green: life and work of landscape architect Leberecht Migge*, London: New York: Routledge, 2010.

HAFFNER, Sebastian. *A revolução alemã 1918/1919*, São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HENDERSON, Susan R.. *Ernst May and the Campaign to Resettle the Countryside: Rural housing in Silesia, 1919-1925*. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 61, n° 2, Junho 2002, pp. 188-211. University of California Press. Association of Architectural Historians. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/991839> (Último acesso em 06/08/2018)

HERF, Jeffrey. *O Modernismo Reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich*, São Paulo: Ensaio, 1993.

HEUß, Jürgen von *et al.*. *Leberecht Migge: 1881 – 1935 Gartenkultur des 20. Jahrhunderts*. Worpswede: Worpsweder Verlag, 1981. Disponível em <https://kobra.bibliothek.uni-kassel.de/bitstream/urn:nbn:de:hebis:34-2009042727107/1/LeberechtMigge.pdf> (último acesso em 28/07/2017).

MIGGE, R.W. Leberecht. *Jedermann Selbstversorger!*, Jena: Eugen Diederichs, 1919 (2ª edição).

_____. *Der soziale Garten – Das grüne Manifest*, Berlin: Gebr. Mann Verlag, 1999 (re-edição de *Deutsche Binnen-Kolonisation – Sachgrundlagen des Siedlungswesen*, 1926).

RICHARD, Lionel. *A república de Weimar (1919-1933)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHNEIDER, Uwe. *Hermann Muthesius and the introduction of the English arts & crafts garden to Germany*. *Garden History*, Vol. 28, n° 1, "Reviewing the Twentieth-Century Landscape", 2000, pp. 57-72. The Garden History Society. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1587119> (Último acesso em 06/08/2018)

TAFURI, Manfredo. *The Sphere and the Labyrinth*, MIT Press, 1987.

¹ Assim nomeada pejorativamente por seus rivais, fazendo alusão ao patrono Peter Joseph Lenné e seu discípulo, Gustav Meyer (HANEY, 2010, p. 23).

² David Haney (2001; 2010) afirma que Migge em seu primeiro livro, *Gartenkultur des 20. Jahrhunderts* (Cultura do jardim do século XX) está alinhado às discussões do *Werkbund*, no esforço de sistematizar os tipos de paisagens. Sua concepção de jardim seria de um objeto manufaturado a ser exportado. Publicado em 1913, após o próprio Migge voltar de uma dessas excursões à Inglaterra.

³ Segundo Sebastian Haffner (2018, pp. 45-79), a abdicação do rei foi na verdade uma manobra que tentava manter a monarquia após a república social democrata ser responsabilizada pela derrota e assumir as negociações do armistício. A estratégia tivera como início estratégias figuradas pelo general Erich Ludendorff. Ele próprio elaborou o plano de dar pelos poderes ao parlamento em outubro com anuência do imperador e do alto comando do exército.

⁴ *Volkspark* e *Jugendpark* respectivamente. A ideia de *Volkspark* surge no fim do século XIX como crítica ao conceito do *Volksgarten*, este último mais relacionado aos critérios estéticos classicistas, cujos espaços eram oriundos da realeza que gradualmente permitiram acesso público (leia-se elite). O modelo do *Volkspark* privilegia as necessidades dos cidadãos de espaço de lazer e prática de esporte em detrimento dos espaços de contemplação do modelo anterior (Haney, 2010, pp. 53-55).

⁵ Migge foi membro do *Werkbund*, *Bund Deutscher Gartenarchitekten*, *Associação Alemã das Cidades-Jardim*, *Deutsche Gesellschaft für Gartenkunst* (HANEY, 2010; CARBONERO, 2017).

⁶ Em 1920 Migge funda a escola de colonos *Siedler Schule Worpswede* e esta passa a editar em 1923 a revista *Siedlungs-Wirtschaft* (HANEY, 2010).

⁷ Na República de Weimar, entre 1925 e 1929, o número de habitações de interesse social, sejam em novos assentamentos de *Siedlungen* ou apartamentos de aluguel, subiu de 106.502 para 317.632 do qual metade foi financiado com recursos públicos ou construído pelo Estado. In: STURM, Reinhard. “Weimarer Republik”, *Informationen zur politischen Bildung*, Nº 261, 2011, p.43. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung /bpb. A UNESCO reconhece algumas *Siedlungen* como patrimônio da humanidade, em 2009 seis *Siedlungen* da década de 1920 foram tombadas pela Unesco, duas delas com participação de Migge. Disponível em: <https://www.unesco.de/kultur/welterbe/welterbestaetten/welterbe-deutschland/siedlungen-der-berliner-moderne.html> (último acesso em 30/07/2017)

⁸ Todas as traduções apresentadas foram feitas pela autora a partir dos originais em alemão.

⁹ Haney (2010, pp. 18-23) aponta como uma das origens teóricas do movimento de reforma dos Parques e Jardins o resgate do ofício de jardineiro-hortícola (presente nas Guildas desde o século XIII até o XVIII).

¹⁰ Prentice Mulford foi um jornalista e espiritualista norte-americano que viveu na última metade do século XIX (1834 – 1891). Filho de alemães imigrantes aprendeu alemão com a mãe e esteve mais de uma vez na Europa como correspondente.

¹¹ No mesmo período, Rudolf Steiner está elaborando o método biodinâmico de cultivo, sua defesa difere de Migge por não defender a independência do solo, mas sim de transformá-lo. Na prática ambos estão incorporando composto orgânico e húmus ao solo original.

¹² Migge cursa os dois anos de formação na *Gärtnerlehranstalt Oranienburg* (1899-1900). A Fundação da Escola de Agronomia, *Landwirtschaftlichen Lehranstalt*, em 1871 incorporou uma Escola de Jardinagem em 1897. Disponível em: http://www.mlul.brandenburg.de/sixcms/detail.php/bb1.c.269936.de?nav_level=2 (último acesso em 02/05/2017).

¹³ Migge, mesmo entusiasta dos avanços técnicos e tecnológicos, era contra o uso de fertilizantes químicos. Uma aparente contradição ainda a investigar.

¹⁴ Migge colaborou com Muthesius aparentemente entre 1909 a 1912 (HANEY, 2010, pp. 30-36).

¹⁵ Primeiro livro de Migge foi publicado em 1913 sob o título “*Gartenkultur des 20. Jahrhunderts*” (Cultura do jardim do século XX).

¹⁶ Fonte: https://de.wikipedia.org/wiki/eugen_diederichs e https://de.wikipedia.org/wiki/die_tat (último acesso em 11/12/2017).

¹⁷ Haney (2007) assume que dada a popularidade de seu segundo livro, *Jedermann Selbstversorger!*, e os indícios de apresentação editorial da revista por Diederichs o leitor não teria dificuldade alguma de adivinhar o autor do manifesto.

¹⁸ Segundo RICHARD (1988, pp. 74-79) a urbanização da Alemanha data dos séculos XII e XIII, conformando já no fim da Idade Média uma rede antiga e densa de concentrações urbanas. Sob a República de Weimar cerca de três quartos dos alemães são cidadãos, e um terço deles vive em grandes cidades. Em 1882 42,5% dos alemães trabalham na agricultura.

¹⁹ Conforme GAY (1978, pp. 64-79) o círculo de estudos do poeta Stefan George tinha como referência a tradição grega e figuras históricas da Alemanha como o rei Frederico II e o poeta Hölderlin visando elevar o espírito de sua elite aristocrática. Rainer Maria Rilke de modo distinto também popularizará Hölderlin. O autor conclui, tomando como populares Hölderlin e Kleist, a consagração da morte e do suicídio.

²⁰ O cultivo da cidade-campo [neologismo]. A opção por traduzir *Kultur* como cultivo e não cultura se justifica pelo apelo da produção agrícola.

²¹ O termo em alemão é *Werkflächen*, optou-se por traduzir como laborais para não estabelecer antagonismo entre produção rural e urbana, o que seria incoerente com o pensamento conciliador de Migge.

²² Entre 1925 e 1933 a população da Alemanha cresceu a ponto de recuperar a marca populacional de 65 milhões do pré Guerra. O percentual de produtores rurais reduziu de 30,5 para 28,9%. In: STURM, Reinhard. “Weimarer Republik”, *Informationen zur politischen Bildung*, Nº 261, 2011, p.43. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, p. 39.